

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-057

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503341479	ADL - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL ALENTEJANO
Morada (Sede Social)	
EDIF. ASSOC.REGANTES E BENEF. DE CAMP.E ALTO SADO	
Código Postal	Localidade
7565-000	ERMIDAS-SADO
NUT III	NUT II
Alentejo Litoral	Alentejo
Telefone	E-mail
269827233	adl.alentejano@mail.telepac.pt
Telefax	

269829744

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.adl.litoralalentejano.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Maria João Nobre Duarte Pereira

Telefone Responsável

269827233

Cargo Responsável

Coordenadora Geral

Telemóvel Responsável

964942723

Serviço/Departamento

Coordenação Geral

Email Responsável

adl.alentejano@mail.telepac.pt

Email Alternativo

coordenacaoadl@gmail.com

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A ADL tem 20 anos na gestão e implementação de instrumentos de des. local no Litoral Alentejano (LA), sendo ela própria uma parceria de atores locais. A abordagem plurifundo articula FEADER, FEP, FEDER, FEOGA e FSE.

C/o Entidade Gestora do SP3 Proder destaca-se da avaliação externa (anexo 6): a conceção da ELD do Litoral Alentejano foi ancorada ao território, tendo sido coerentemente formulada p/ potenciar o aproveitamento económico e a valorização dos seus recursos endógenos, contribuindo p/ a qualificação/atração de competências, dinamização de novas iniciativas empresariais e promovendo a coesão socio-territorial. Ao nível da articulação c/ as prioridades de política pública p/ programação 2007-2013, tanto em termos de orientações estratégicas, como de instrumentos de programação, observam-se elevados níveis de racionalidade e coerência, nomeadamente c/ instrumentos de enquadramento estratégico setorial (PENDR e ProDeR) e regional (PROT Alentejo e Estratégia Regional/Inalentejo). Os associados da ADL e sua filosofia de trabalho fazem c/ q/: se afirme c/o uma parceria multifacetada, que tem vindo a ser reforçada quantitativa e qualitativamente; com elevada abrangência e representatividade setorial e territorial; c/ trabalho reconhecido e resultados no território.

Os procedimentos de gestão, acompanhamento e monitorização adotados foram adequados, c/ implicação das várias entidades públicas e privadas e agentes locais na implementação da ELD e grande proximidade dos promotores e agentes do LA.

Foram recebidas 187 candidaturas em 3 Concursos c/ investimento proposto de 28M€, aprovação de 133 pedidos de apoio (PA) e execução de 114, totalizando um investimento na ordem dos 15 M€, despesa pública de 9,3M€ e um efeito multiplicador do investimento público no investimento privado de 1,63 (por cada € de financiamento existiu um investi adicional de 0,63 €) – dados dez/2014.

A distribuição dos PA aprovados p/ Ação evidencia uma supremacia de projetos na Ação 3.1.3.

Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer (34 PA) e 3.2.2. Serviços Básicos para a População (33 PA); existiam, ainda, 21 PA na Ação 3.1.2. Criação e Desenvolvimento de Microempresas, 15 na Conservação e Valorização do Património Rural e 11 na Ação 3.1.1. Diversificação de Atividades na Exploração.

Este conjunto de projetos contribuiu p/ mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno do AL numa perspetiva multissetorial. Adicionalmente, a ADL executou o PACA e 6 proj. de coop. nacional e 1 transnacional). Em síntese, a implementação da EDL contribuiu p/ transformar potenciais em fatores de competitividade, criando condições favoráveis p/ fixação/atração de pessoas, investimento e recursos para o LA.

Entidade gestora do Eixo 4 – Promar 25 proj. aprovados e 22 executados, que rondam 1.200.000€ de ajuda pública, 1.600.000€ de investimento elegível e 18 postos trabalho criados/a criar e 74 a manter. Executou um projeto de cooperação e diversos intercâmbios com GAC e parceiros internacionais.

Gestora do PIC LEADER + "Alentejo Litoral" implementou o PDL c/ taxa execução de 100% (252 projetos executados e 3.754.975€ de ajuda pública); Centro de Iniciativas Turísticas do AL; 29 projetos de cooperação interterritorial e 3 transnacionais.

Co-Gestão do PIC LEADER II "AL SUD"

Promotora do Plano - Revitalizar A Bella – Medida Agris – Recuperação/ valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural (11 ações, 491.107,30€ de ajuda pública);

Coord. Centro Rural Ermidas-Sado/Azinheira de Barros-Programa de Revitalização dos Centros Rurais - Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (5 ações, 1.234.529,78 € de ajuda pública).

No PACA dinamizou: reuniões consensualização da ELD c/ associados; divulgação dos apoios promovendo a articulação do PRODER e restantes instrumentos de política incidente no território e a participação da população no seu desenvolvimento; marketing territorial; acompanhamento e ensaios de programas turísticos; apoio ao empreendedorismo anexo 7

Na cooperação: Qualificação do Turismo Ativo; Verdes São os Campos; Cooperar em Português; Missão Hortofrutícola; Paralelo 40; Museus Naturais; Inovação e Desenvolvimento no Regadio anexo 8

Em 20 anos: promoveu o investimento de 40 M€ no Alentejo Litoral, apoiou 500 projetos e a criação direta de 337 postos de trabalho; abrangeu 5300 formandos e 321 ações de formação. É certificada em 21 áreas de formação pela DGERT, tem parceria c/ IEF (UNIVA/GIP, Rede, acordo coop Medida Vida Ativa e EPAT) e um serviço de consultoria que já apoiou 75 autoempregos; Apoio ao Empreendedorismo de Mulheres e de Criação do Autoemprego, promoção da Igualdade de Género e Oportunidades (apoios do POEFDS, POPH e EQUAL), RVCC; PIEF e Formação-Ação p/ PME.

Entre os associados a CIMAL destaca-se com a experiência em gestão de instrumentos de desenvolvimento rural em ações do INALENTEJO e associados que têm experiência enquanto beneficiários de programas anexos 9 e 10

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
501590056	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIARIOS DO MIRA	10/04/1970	21/09/1990	01610	Associações Públicas
503061948	AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITARIA DOS CRIADORES DE BOVINOS, OVINOS E CAPRINOS DO LITORAL ALENTEJANO	24/08/1993	24/08/1993	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
509075541	C.I.M.A.L. - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL	21/05/2009	17/06/2009	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
503080322	ANSUB - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO VALE DO SADO	14/04/1983	01/07/1994	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500032165	ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIARIOS DE CAMPILHAS E ALTO SADO	11/06/1954	07/09/1995	94110	Associações Públicas
500032157	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO VALE DO SADO	02/02/1948	24/01/1953	01610	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501145370	CAIXA DE CRÉDITO AGRICOLA MUTUO DE S.TEOTONIO CRL	23/06/1911	31/08/1983	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
506823318	MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA	01/01/1986	02/01/1986	84113	Autarquias Locais
505311313	MUNICÍPIO DE ODEMIRA		11/07/1822	84113	Autarquias Locais
502563010	MUNICIPIO DE SINES	19/05/1914	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
502150319	MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
502631244	COOPSIL-COOPERATIVA DE SECAGEM ARMAZENAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DE CEREAIS CRL	26/03/1991	26/03/1991	10611	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
502830956	SAGRAN-ASSOCIAÇÃO DOS SUINICULTORES DOS CONCELHOS DE SANTIAGO DO CACEM, SINES E GRANDOLA	11/12/1990	01/01/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

505199033	TAIPA - ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO CONCELHO DE ODEMIRA CRL	15/11/2000	15/11/2000	70220	Unidades de I&D (Privadas)
505944162	CASAS BRANCAS - ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE QUALIDADE DO LITORAL ALENTEJANO E COSTA VICENTINA	12/03/2002	12/03/2002	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
510713220	EPO - CENTRO ESCOLAR E EMPRESARIAL DO SUDOESTE ALENTEJANO, S.A.	28/06/2013	28/06/2013	85591	Escolas Profissionais Privadas
510671900	APVCA-ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE VINHOS DA COSTA ALENTEJANA	08/05/2013	03/06/2013	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504056301	APARROZ - AGRUPAMENTO DE PRODUTORES DE ARROZ DO VALE DO SADO LDA	03/02/1998	03/02/1998	46214	Sociedades Comerciais
506983803	APASADO - ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO AMBIENTAL DO SADO	28/10/2004	23/03/2005	94992	ONG - Organização Não Governamental
600067920	ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE GRÂNDOLA	18/05/2000	18/05/2000	85320	Escola Profissional Pública
508817897	TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	15/09/2008	28/11/2008	84123	Associações Públicas
500892784	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA COSTA AZUL, CRL	03/06/1916	05/06/1916	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501408886	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SINES	30/12/1948	25/10/1995	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
510141390	FUNDAÇÃO DA HERDADE DA COMPORTA	18/01/2007	18/01/2007	94991	Fundações Privadas
502201711	Rações Santiago, Lda	10/08/1989	01/03/1992	10912	Empresa
503864293	Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano	04/01/1999	04/01/1999	94110	Associações e Fundações Privadas
501431500	Santa Casa da Misericórdia de Odemira	30/05/1986	11/04/1991	87301	Associações e Fundações Privadas

502845767	Associação de Agricultores do Litoral Alentejano	01/07/1992	01/07/1992	94110	Associações e Fundações Privadas
502293586	Associação Portuguesa de Criadores da Raça Bovina Limousine	13/11/1989	13/11/1989	94110	Associações e Fundações Privadas
501182608	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo, CRL	02/06/1916	02/06/1916	64190	Cooperativa
502130040	Município de Santiago do Cacém		01/01/1986	75113	Administração Local
501965556	Associação de Agricultores de Alcácer do Sal	20/06/1976	20/06/1976	94110	Associações e Fundações Privadas

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Alentejo Litoral

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Alentejo	Alentejo Litoral			100,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A Zona de Intervenção, c/ 5.261 km², abrange a totalidade da NUT Alentejo Litoral (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago Cacém, Sines e Odemira), entre a planície do litoral e a serra do interior, c/ um posicionamento privilegiado, entre a Península de Setúbal e o Algarve. Trata-se dum mosaico territorial, com 2 zonas q/ contrastam entre si: (i) interior, constituído por pequenos aglomerados rurais dispersos, em processo de despovoamento, baixa densidade e elevado envelhecimento; e (ii) litoral c/ dinamismo socioeconómico e capacidade de fixação/atração de população e investi/, onde se concentram os aglomerados urbanos, os serviços públicos, as unidades comerciais e parques empresariais.

A. Potencial Económico:

O sistema produtivo do LA assenta no aproveitamento dos seus recursos endógenos (atividades primárias e turismo) e de forma localizada (eixo Santiago-Sines-Santo André) nas atividades industriais, de serviços e logísticas relacionadas com as infraestruturas portuárias e o complexo industrial de Sines. Observa-se, igualmente, o aumento da importância das atividades de alojamento, restauração e similares, relacionado com a afirmação das atividades turísticas e crescente terciarização da economia, (atividades comerciais e serviços administrativos e de apoio às empresas e atividade de saúde humana e apoio social). Apesar da extensa zona de costa as atividades piscatórias são na sua maioria de natureza artesanal/tradicional ou desportiva (exceção para Sines).

Observa-se, no entanto, uma fraca exploração de fatores de competitividade baseados em diferenciação do produto ou c/ maior conteúdo tecnológico e de conhecimento, ainda q/ existam projetos inovadores de valorização dos recursos endógenos (p.ex., Projeto RECIPROCO - Cabaz da Horta e o Cabaz do Mar).

Pela sua importância apresenta-se um retrato mais detalhado das atividades primárias e turísticas.

Atividades primárias

O setor primário é bastante diversificado, conjugando produções tradicionais (montado de sobro, pinheiro manso, olival, vinha, arroz, agricultura de sequeiro e regadio) c/ processos agrícolas modernos e inovadores como a hortofloricultura e a hidroponia, o qual é potenciado pelos 3 aproveitamentos hidroagrícolas e perímetros de rega. O setor da pecuária tem também expressão (gado bovino, suíno, ovino e caprino), beneficiando da presença do Matadouro de Odemira e do Centro de Inseminação Artificial (Santigado do Cacém).

O AL tinha, em 2009, 4.175 explorações, sendo a SAU de 275.693 ha (destaca-se Odemira, maior área de SAU, e Alcácer do Sal, maior nº de explorações), observando-se a diminuição da SAU e do nº de explorações, ainda que a dimensão média aumente. Predominam os produtores singulares autónomos, envelhecidos e c/ baixo nível de instrução e formação profissional, mas c/ um crescimento nas sociedades e nos trabalhadores com - de 54 anos e diminuição dos que têm + de 55.

Estes traços de caracterização têm expressões territoriais diferenciadas, destacando-se:

Alcácer do Sal: Grandes propriedades; carácter extensivo da agricultura de sequeiro nos sistemas agro-silvo-pastoris (montado de sobro e/ou azinho); expressão da pecuária extensiva (bovinos, ovinos e suínos); importância do olival e vinha; extensão de pinhal manso e área de pinheiro bravo; importância económica da apanha da pinha e pinhão; agroindústrias de produtos endógenos (p.ex., pinhão, arroz, tomate e madeira).

Grândola: Propriedades c/ alguma dimensão ocupadas por pastagens permanentes, culturas temporárias (consociações anuais, com arroz, culturas hortícolas e trigo mole), olival, montado e matas; atividades pecuárias de ovinos e suínos.

Santiago do Cacém: solos férteis contíguos às várzeas da Lagoa de Santo André, com explorações de pequena dimensão, sobretudo de arroz, tomate e milho; no interior, grande propriedade, c/ sobreiros e oliveiras, sendo a cortiça a principal produção; maior produtor de suínos do AL.

Sines: Peso residual da agricultura essencialmente para autoconsumo; explorações c/ bovinos em Porto Covo.

Odemira: Dicotomia entre o interior - extensa mancha florestal de sobreiros (extração de cortiça), azinheiras e eucaliptos; gado ovino e caprino; população agrícola envelhecida; produção para autoconsumo-, e o litoral - aposta nos produtos hortícolas, horto-industriais, frutícolas e de plantas ornamentais (floricultura intensiva) durante todo o ano; empresas estrangeiras e inovadoras (p.ex., novas culturas e novas práticas, controlo da produção, acondicionamento e comercialização/exportação; produtos de 4ª Gama); produção pecuária de bovinos (raças Limousine - carne) e Holstein Frísia- leite), ovinos e caprinos; persistência de atividade tradicional para autoconsumo e mercado local (milho e batata doce).

Atividades turísticas

O AL apresenta uma estrutura de recursos turisticamente relevantes, em qualidade, diversidade e especificidade, incluindo recursos naturais, culturais, complementares e de suporte, assistindo-se a uma crescente valorização deste potencial, através de vários investimentos na oferta hoteleira, desde os empreendimentos turísticos de luxo até à rede de unidades de TER (Casas Brancas), nas atividades de animação, assim como na infraestruturização tendo em vista o acolhimento dos visitantes (sinalética, criação de rotas,). Esta dinâmica da oferta teve reflexos na procura c/ o aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros (+25,9%).

Em termos de produtos turísticos tem predominado o segmento da oferta de “sol e mar”, sobretudo, no litoral, embora se comece a assistir a uma valorização de outros segmentos, em estreita articulação c/ o potencial do Interior, existindo uma aposta crescente numa promoção e marketing integrado do território e em novas vertentes turísticas, em consonância com a Estratégia definida pela ERT do Alentejo, que aposta no produto turístico “sol e mar” e náutico, mas tb no turismo rural, de natureza, cinético, equestre, enoturismo e touring cultural e paisagístico

B. Potencial Natural, Ambiental e Cultural

O AL conjuga um conjunto de recursos naturais singular c/ elevado valor ambiental em termos de preservação da biodiversidade e de manutenção dos ecossistemas (parte significativa da área é Rede Natura 2000 e existem várias Áreas Protegidas), incluindo zonas de serra (Grândola, Cercal e Colinas de Odemira), planícies c/ pinheiro manso montado e olival, albufeiras (Santa Clara, Vale do Gaio e Campilhas) e os Estuários do Rio Sado e Rio Mira.

O clima do AL, nomeadamente a radiação solar, vento, precipitação e temperatura, proporcionam condições únicas e bastante favoráveis para a produção de energias renováveis, potencial q/ não tem sido devidamente aproveitado.

O património histórico e cultural é tb caracterizado por uma enorme diversidade e riqueza incluindo, entre outros, património construído e arqueológico (do Paleolítico e Mesolítico, Neolítico, Visigótico, Romano até períodos mais recentes) e património de natureza etnoaráfica e cultural (gastronomia, artesanato, produtos

locais, tradições e diversas festas tradicionais, feiras e mercados).

C. Potencial Humano e Coesão Social

Em 2011, o AL tinha 97.925 habitantes (-2,1% face a 2001), sendo Sines o único concelho que vê a população aumentar. Ao nível das freguesias, observam-se dinâmicas intrarregionais diferenciadas c/ aumentos populacionais nas sedes de concelho ou em freguesias do litoral, enquanto nas restantes (24 das 31 freguesias) existe um acentuar do despovoamento. Este comportamento demográfico deriva do processo de envelhecimento, c/ um crescimento natural negativo (-4,8%), q/ não é compensado pelo crescimento migratório (2,7%), das zonas urbanas e do litoral mais jovens e q/ conseguem atrair novos residentes. De referir a capacidade de atração de imigrantes (6% da população tinha nacionalidade estrangeira) e a procura crescente por “movimentos de transição” e “comunidades resilientes” (p.ex., Comunidade de Tamera, em Odemira).

Em matéria de capital humano observa-se uma tendência de melhoria dos níveis de habilitação da população (aumento da população c/ o ensino secundário e da taxa bruta de escolarização em todos os níveis de ensino e diminuição da tx de abandono escolar), ainda, que persistam fragilidades c/ tx de analfabetismo elevadas e c/ parte significativa da população sem nenhum nível de ensino ou apenas o 1º ciclo.

No que se refere à proporção de desempregados inscritos destaca-se o concelho de Sines, seguido de Santiago do Cacém e de Odemira. No final de 2014, o desemprego registado ascendia a 4.853 pessoas (-15,5% do q/ no final de 2013), sendo Santiago Cacém, Sines e Odemira os concelhos com + desempregados.

No ensino tem-se assistido a uma reorganização da rede de equipamentos escolares públicos, com o encerramento de diversas escolas de 1º ciclo (territórios rurais e envelhecidos) e concentração nas sedes de concelho e sedes de freguesia com mais população.

A formação técnica, profissional e tecnológica é assegurada por várias entidades públicas e privadas que proporcionam alguma heterogeneidade de formações nas várias modalidades existentes, como é o caso da ADL, com 21 áreas de formação certificadas.

Nos equipamentos de proximidade, existe um número significativo de respostas sociais q/ têm como público-alvo crianças (creches e centros de atividades ocupacionais) e idosos (lares e apoio domiciliário, universidades, espaços/projetos de apoio), assim como ao nível da reabilitação e cuidados continuados. Não obstante, dado o povoamento disperso, a baixa densidade e limitações na mobilidade (transporte públicos em função dos horários e calendário escolar) não é fácil estruturar uma rede q/ responda de forma eficiente às necessidades. De referir, ainda, a falta de equipamentos e serviços na área da saúde mental e perceção do seu aumento.

A oferta cultural é relativamente vasta e procura dar resposta a um público diferenciado, referindo-se a rede de auditórios públicos, bibliotecas, espaços associativos, Centro de Artes de Sines, espaços Internet, espaços para jovens ou idosos, ofertas-tipo existentes nos 5 concelhos, c/ concentração dos equipamentos nas sedes de concelhias.

Em termos institucionais destaca-se a diversidade e complementaridade das competências e know how dos atores locais e a tradição de concertação estratégica e trabalho conjunto, visível, ex: Plataforma Supraconcelhia, Redes Sociais, Centro de Recursos p/ a Inclusão, Rede Integrada de Respostas à Violência Doméstica e CPCJs.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças

Melhoria das acessibilidades e mobilidade
 Desenvolvimento do setor primário: valorização das produções locais e nichos de mercado
 Novas iniciativas empresariais/emprego aproveitando os recursos endógenos, a Economia Verde e o Complexo de Sines, p.ex., energias renováveis, aquicultura, logística e serviços de apoio.
 Aproveitamento da riqueza natural e cultural para um turismo diversificado, que combata a dicotomia litoral/interior e a sazonalidade
 Qualificação dos recursos humanos e atividades económicas (p.ex., ações de formação, consultoria e mentoring, estímulo do empreendedorismo, da criatividade e inovação)
 Desenvolvimento da economia social e de proximidade (apoio às famílias, de saúde e bem-estar) para a população residente e flutuante
 Estratégias de marketing de promoção conjunta e integrada do território e dos seus produtos e serviços

Principais Pontos Fortes

Forte identidade da população com o território
 Qualidade e diversidade do património natural e cultural
 Dinamismo das sedes de concelho e zona litoral com capacidade de atração de população relativamente jovem e qualificada
 Clima favorável à produção agrícola de qualidade e a céu aberto e existência de perímetros de rega
 Presença de fileiras estratégicas valorizadas (p.e., hortofrutícolas e produções de qualidade), da pecuária extensiva e da produção de base florestal (montado de sobre e/ou azinho; pinha/pinhão...)
 Dinâmica económica associada ao turismo
 Existência de circuitos curtos de comercialização
 Atividade industrial de Sines e atividades comerciais e de serviços complementares
 Diversidade e dinamismo das entidades ao nível da ação social e sociocultural
 Complementaridade de competências e trabalho conjunto/concertação entre os atores locais

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Adiamento do reforço das acessibilidades, nomeadamente do IC4 e da “Via Vasco da Gama”.
 Aprofundamento da dicotomia entre o litoral e o interior
 Desertificação das freguesias rurais menos povoadas, com a consequente descaraterização da paisagem e das tradições
 Dificuldades de retenção e atração de população jovem e qualificada
 Desadequação dos investimentos turísticos não valorizando de forma combinada os recursos
 Degradação dos recursos naturais e patrimoniais existentes
 Desadequação das infraestruturas de suporte aos projetos turísticos
 Concorrência de outros destinos turísticos
 Não concretização de potenciais novas intenções de investimento
 Falta de capacidade de investimento dos agentes privados para concretizarem os seus projetos
 Encerramento de serviços públicos em meio rural.

Principais Pontos Fracos

Assimetria entre o litoral mais dinâmico e o interior com baixa densidade populacional e económica
 Tecido económico frágil e pouco diversificado, com baixos índices de inovação, sobretudo, nas zonas de menor densidade
 População agrícola de idade elevada e com baixos níveis de instrução e formação
 Recursos humanos escassos e com baixas qualificações
 Sobrecarga dos fluxos populacionais sazonais ligados à vertente turística
 Escassez de serviços complementares à atividade turística
 Fraco aproveitamento do potencial em termos de energias renováveis
 Deficiente articulação entre a oferta educativa e formativa e o mercado de emprego
 Necessidade de qualificação/modernização da rede de equipamentos na área da ação social (crianças, jovens e idosos) e da cultura e do lazer
 Insuficiente estratégia de marketing integrada de promoção conjunta dos recursos

Tendo em consideração a perceção de Dimensões-problema e Necessidades de Intervenção que decorrem do Diagnóstico, os principais Desafios Estratégicos com que os territórios rurais do Alentejo Litoral se enfrentam são os seguintes:

Promover o aproveitamento de um conjunto de recursos endógenos primários que potenciem a estruturação de uma Economia dos Recursos Naturais, organizada em torno de fileiras estratégicas com capacidade competitiva, envolvendo nesses desafios os territórios de baixa densidade onde se concentra grande parte desses recursos, entre as quais as fileiras agroflorestais (regadio e hortifruticultura, multifuncionalidade dos sistemas naturais e florestais,...).

Diversificar o complexo de atividades do Turismo e do Lazer do Litoral Alentejano, robustecendo a oferta de turismo rural, natureza, ativo, equestre, enoturismo, serviços complementares e de animação, ..., procurando captar valor na articulação dinâmica com os fluxos de investimento dos projetos PIN e integrando a estratégia do Turismo do Alentejo.

Preservar e valorizar os recursos dos territórios, designadamente, os ativos do património natural e cultural respondendo às necessidades de afirmação identitária enriquecida e de suporte, integração e diversificação de iniciativas geradoras de novas atividades.

Dinamizar a atração de novos residentes com o duplo objetivo de aumentar a massa crítica/ vitalidade demográfica da sub-região e melhorar a respetiva dotação de competências técnicas, de modo a contribuir para qualificar os argumentos locativos orientados para o aproveitamento das oportunidades económicas e de negócio existentes e atraíveis.

Reforçar os mecanismos de suporte à coesão social e territorial, combinando a melhoria da qualidade e das condições de vida das populações residentes, na dupla ótica da inclusão social/integração socioeconómica e da criação de um ambiente favorável à iniciativa empresarial e à receção/atração de fluxos de visitantes.

Nos Fatores críticos para a implementação da EDL destaca-se:

A capacidade de fixação e atração de recursos de iniciativa e competências que contribuam para uma maior integração entre o litoral e o interior, através do aproveitamento do seu potencial económico, social e ambiental, e da exploração de complementaridade e sinergias entre estes dois espaços.

A capacidade de articulação dos diferentes instrumentos de política disponíveis, numa perspetiva de articulação e potenciação de resultados alcançados.

A autonomia do GAL na implementação da EDL.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A formulação da EDL para o território do LA teve presente 2 principais dimensões de contextualização:

- Entendimento da natureza das intervenções DLBC e das desejáveis articulações a estabelecer no território com as diversas vertentes (e instrumentos) de programação no contexto regional/setorial, com destaque para o contributo para EIDT AL, e outras intervenções complementares conhecidas/previstas, DLBC Costeiro, ITI AL, os CLDS 3G de Sines e Santiago do Cacém, EMER, entre outras, considerando tb a dimensão a experiência e capacidade de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento rural por parte da ADL
- Estruturação da Estratégia em torno dos Ativos do Território.

Neste contexto, e tendo em consideração o conjunto Desafios Estratégicos que o território enfrenta, foi estruturada a EDL para o LA. Esta Estratégia assenta na mobilização conjugada de recursos de financiamento plurifundos (FEADER, FEDER e FSE) o que, constituindo um desafio acrescido para potenciar resultados e impactos nos territórios rurais e polos urbanos do LA, beneficiará da experiência multifacetada adquirida pela ADL nas últimas décadas, resultante da gestão e implementação de programas de vários Fundos Comunitários.

Numa perspetiva estratégica baseada num compromisso entre um padrão de recursos endógenos, de excelência ambiental e de matriz produtiva, que combina paisagens rurais humanizadas e património natural-cultural preservado, com oportunidades económicas e de negócio, a EDL assenta em 5 Objetivos Estratégicos:

VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DO LITORAL ALENTEJANO [AGRICULTURA/FLORESTAS/PECUÁRIA; AGROINDÚSTRIA; TURISMO E LAZER; REDES DE COMERCIALIZAÇÃO; E NOVOS NEGÓCIOS DO TERRITÓRIO]

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL [VALORES DO PATRIMÓNIO RURAL-NATURAL E VALORES CULTURAIS IDENTITÁRIOS; MULTIFUNCIONALIDADE DO MONTADO; VIVÊNCIAS DO TERRITÓRIO]

CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIAS [EMPREENDEDORISMO E

INOVAÇÃO PRODUTIVA, TECNOLÓGICA E DE MERCADO; FORMAÇÃO E RECONVERSÃO PROFISSIONAL PARA A RENOVAÇÃO ECONÓMICA; FLUXOS DE TRANSIÇÃO E ATRAÇÃO DE RESIDENTES]

APOIO À INCLUSÃO SOCIAL [QUALIFICAÇÃO DE SERVIÇOS DA ÁREA SOCIAL NA ÓTICA DA INCLUSÃO SOCIAL; REDES DE EMPREGABILIDADE; AÇÃO ANTI POBREZA]

A EDL definida apesar de estar fortemente ancorada aos instrumentos de política disponíveis para o DLBC, procurou ser suficientemente ampla de forma a enquadrar a intervenção abrangente da ADL, contemplando um conjunto de linhas de atuação para as quais serão mobilizados outros instrumentos de política disponíveis (p.ex., os CLDS 3G sendo a ADL entidade coordenadora para Santiago do Cacém, financiamentos para a formação, EMER).

Neste sentido, a vocação específica do DLBC do LA centra-se na totalidade das tipologias de intervenção previstas para este instrumento de política, explicitando-se de seguida, em grandes traços, a fundamentação e os Obj Específicos de cada um dos Obj Estratégicos definidos.

1. VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DO LITORAL ALENTEJANO

O LA tem um capital de recursos distintos em que avultam: (i) o património natural-paisagístico, no enquadramento de importantes Áreas Protegidas ainda que, num quadro de gestão ativa, devam possibilitar oportunidades de aproveitamento económico (p.ex., energético e de fruição turística); e (ii) o património natural de recursos endógenos de matriz produtiva, combinando os produtos da terra (agrícolas, pecuários e florestais) e os produtos do mar (pescado e marisco).

Num contexto de baixa densidade humana e empresarial e de fragilidade da base económica, o objetivo principal consiste em dinamizar intervenções de animação económica do território que introduzam investimentos inovadores em matéria de aproveitamento/transformação de recursos endógenos, designadamente: Produtos locais tradicionais, hortofrutícola (com relevo para as culturas de primores, produções para consumo em fresco e transformação agroindustrial e agroalimentar); complexo agroflorestal (montado de sobro e de azinho e pinhal manso); produto turístico integrado estabelecendo a complementaridade entre o turismo assente no binómio “sol e mar” e os recursos com potencial de fruição turística das áreas de baixa densidade; e procura de serviços empresariais que assegurem a incorporação de conhecimento e inovação partindo, nomeadamente, da atração de novos residentes portadores de qualificações e de espírito de iniciativa para organizar respostas competentes em áreas críticas para o desempenho empresarial.

Este Objetivo Estratégico desagrega-se nos seguintes Objetivos Específicos:

OE 1.1 Estruturação de uma Economia dos Recursos Naturais

OE 1.2. Afirmção do LA como produto turístico integrado

OE 1.3. Diversificação e Qualificação da base económica

Para a concretização destes OE serão mobilizados os apoios disponibilizados pelas várias Medidas do FEADER (exceto Renovação de aldeias), assim como a totalidade das enquadradas na PI 8.8 e 8.3. do POR.

2. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

Neste Objetivo importa reforçar o papel dos sistemas agroflorestais e da paisagem enquanto suporte físico de formas de povoamento, do pp sistema de atividades económico-produtivas e de vivências sociais e culturais peculiares. A conservação e gestão ativa dos espaços naturais (sistema agroflorestal, estuários de importância nacional, lagoas temporárias mediterrânicas,...) tem condições para andar de par com dimensões de usufruto e valorização económica, completando uma perspetiva de economia dos recursos naturais. Este Obj Estratégico deve colocar as Áreas Protegidas na rota dos turistas e visitantes (gerando sinergias adequadas ao seu desenvolvimento sustentável) e combinando c/ o aproveitamento dos valores do património monumental e arqueológico, c/ potencial de mercado próprio e, sobretudo, correspondendo à estruturação de vetores do produto turístico litoral q/ podem contribuir p/ corrigir a acentuada sazonalidade da procura existente.

Ainda no âmbito deste Obj importa destacar as vertentes associadas ao património arqueológico, arquitetónico e histórico-cultural, a dinamizar em atividades de restauro e de reutilização, nomeadamente, compreendendo intervenções de caráter interpretativo e de demonstração. A jusante, esta vertente alimenta atividades de alojamento, restauração, aluguer/venda de equipamentos de apoio, serviço de guias organização de eventos, etc.

No domínio do património imaterial deverão ser potenciadas oportunidades decorrentes da inscrição do “Cante Alentejano” como Património Cultural da Humanidade, os elementos de património cultural dos “novos rurais” e das comunidades imigrantes, q/ frequentemente se associam e mantém dinâmicas próprias p/ preservar os seus usos e costumes, em diálogo c/ as tradições locais.

Este Ob Estratégico é constituído pelos seguintes Obj Específicos:

OE 2.1. Conservação e gestão ativa dos espaços naturais

OE 2.2. Valorização do património arqueológico, arquitetónico e histórico-cultural

Estes OE beneficiarão dos apoios da Medida Renovação de Aldeias do PDR e das totalidade das medidas da PI6.3 POR.

3. QUALIFICAÇÃO E FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIAS HUMANAS

A problemática da Empregabilidade/Educação/Formação/Empreendedorismo, e a resposta à baixa qualificação e escassez de recursos humanos deve ser encarada na ótica das “oportunidades de desenvolvimento, emprego e inclusão social”, numa estreita articulação com os OE Valorização económica e Preservação e valorização do património natural e cultural, não descurando a compreensão sobre o modo estas questões se expressam e são atualmente vividas nos territórios, designadamente, no tocante à vulnerabilidade dos públicos mais fragilizados, q/ remete p/ o OE “Inclusão Social e Emprego”., destacando-se as vertentes relacionadas c/ a capacitação e reforço de competências e o estímulo ao empreendedorismo, incluindo empreendedorismo social.

A proposta estratégica de intervenção a desenvolver mobilizará os apoios da PI8.3. do POR e tem os seguintes Obj Específicos:

OE 3.1. Reforço de competências e capacitação

OE 3.2. Estímulo ao empreendedorismo e inovação

4. INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

Neste âmbito importa equacionar as necessidades de intervenção associadas à problemática da Inclusão Social, as quais deverão combinar 2 dimensões-chave:

- Necessidades de intervenção transversais, comuns aos vários territórios do LA: (i) isolamento e envelhecimento de muitas comunidades; (ii) ausência ou insuficiência de infraestruturas indispensáveis p/ um real “bem-estar” das comunidades (acesso ao emprego, acesso a serviços de saúde e outros, acesso a bens culturais, etc.), em grande parte motivados pela dificuldade de mobilidade, fruto da insuficiência e ineficácia do sistema de transportes públicos existente; e (iii) ausência de respostas na área da saúde mental.

-Necessidades de intervenção de grupos específicos em situação de vulnerabilidade, os quais assumem geografias variáveis, no contexto da diversidade dos territórios que compõem o LA, mas que incluem: dificuldades de integração de minorias étnicas; questões associadas às comunidades imigrantes; (iii) violência doméstica; (iv) situações de vulnerabilidade da habitação; (v) situações de pobreza, tanto de desempregados como de trabalhadores c/ baixos rendimentos ou vivências de exclusão em bairros de habitação social.

Este Objetivo Estratégico tem como Obj Específico 4.1. “Consolidação de estratégias de coesão socio-territorial”, integrando o apoio a conceder pela totalidade das Medidas da PI 9.1. do POR.

5. COOPERAÇÃO, ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO, CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E TRABALHO EM REDE

Este Obj procura combinar necessidades de cooperação e capacitação institucional ao serviço da qualificação do desempenho de gestão de Programas e recursos por parte da ADL, c/ necessidades de animação do território e de trabalho em rede, na suscitação de iniciativas de projeto e na mobilização dos atores do território. Neste sentido, assume, uma exigência relevante na animação institucional, q/ reforce a densidade de relações interinstitucionais e q/ se constitua como a base p/a a construção de um modelo de governança q/ articule os diferentes atores, e os diferentes instrumentos de planeamento e os diferentes programas de financiamento.

Tem como Obj Específico: OE5.1. Qualificação dos instrumentos de gestão animação e afirmação do território”, mobilizando a Medida do Funcionamento e Animação e Atividades de Cooperação do PDR 2020.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Os procedimentos q/ o GAL ADL adotou p/ elaboração da EDL tiveram em conta a experiência c/ a gestão de programas (abordagens Leader, Promar) em q/ delineou metodologia de trabalho c/ os parceiros locais. Estes participaram na definição da EDL através de reuniões p/ recolha de contributos e auscultação de necessidades e validação das propostas. Na execução da EDL o envolvimento/participação dos parceiros serão assegurados pela estrutura organizativa da ADL: o Órgão de Gestão (OG) do GAL e Assembleia Geral (AG). O GAL é responsável pela execução da EDL em termos operacionais através da sua Direção (OG) e equipa técnica local (ETL).

O modelo de participação ativa dos atores territoriais para a boa implementação da EDL passa por: organização de sessões de informação e divulgação de âmbito setorial e territorial (ex: associações sector silvo-pastoril, CCA Mutuo, GAE Municípios, IEFP); utilizar os media e o Site da ADL p/ avisos de concurso; articular c/ serviços da ADL e serviços/projetos dos parceiros; elaborar instrumentos e participar em eventos promocionais; sinalética; divulgar apoios concedidos /boas práticas p/ criar efeito demonstrativo. Este conjunto de ações permite: animação socio-económica para o DL e valorização dos recursos endógenos, na ótica dos recursos locais de base agrícola, dos projetos turísticos e de sustentabilidade ambiental; fomento do associativismo local e capacitação das estruturas organizativas. A ADL irá dinamizar a Animação e Promoção do território nas vertentes de marketing territorial (ex: rotas, material audiovisual), divulgação de apoios ao desenvolvimento rural, através de apoio técnico; consensualização da EDL na parceria (reuniões, workshops, AG), representação conjunta do território dentro e fora do LA; organização c/ parceiros de ações de capacitação (ex: gestão agro-florestal e pecuária) e promoção de produtos e serviços do TI em articulação com parceiros (ex: ERTA, APVCA, Municípios). A EDL será continuamente avaliada e consolidada pela parceria, através da AG, que reunirá com uma periodicidade semestral e serão realizadas outras reuniões se necessário. Nestas serão acompanhados os resultados da EDL com vista a efetuar ajustamentos. Esta metodologia permitirá uma atuação de forma articulada e coesa no território.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EDL apresentada reveste-se de significativa racionalidade e coerência face aos instrumentos de programação do desenvolvi/ territorial relevantes para o Alentejo Litoral(AL), no horizonte 2020, designadamente a EIDT definida p/ esta Sub-região.

Desde logo a Visão preconizada na EIDT AL 2020: “Afirmar o AL como um território direcionado p/ a qualidade de vida da pop e p/ a internacionalização dos principais setores da economia, q/ promove a proteção e salvaguarda recursos ambientais e paisagísticos, enquanto tónica essencial à afirmação e ao desenvolvi/ do cluster do turismo e q/ fomenta o equilíbrio das funções urbanas e das lógicas associadas à mobilidade e acessibilidade residencial e do emprego, enquanto matriz de suporte e de atração de novos residentes e empresas”, compreende elementos âncora da EDL, entre outros, a proteção e salvaguarda dos recursos ambientais e paisagísticos, a atração de novos residentes e empresas, a afirmação do potencial do turismo, a integração litoral-interior e melhoria da qualidade de vida.

As alíneas seguintes sinalizam as relações de contributividade em termos gerais e específicos, bem como desenvolvem contributos dos territórios rurais do AL para a concretização da EIDT do AL.

No conjunto dos quatro Eixos Estratégicos que sustentam a EIDT do AL, o Eixo 1.Construção e Afirmação do Produto Turístico e o Eixo 3.Valorização dos Recursos Endógenos “recebem” relevantes contributos dos Objetivos Estratégicos da EDL que suporta a intervenção DLBC Rural a qual se articula ainda, c/ o Eixo 4. Acessibilidade Física, Funcional e Virtual, q/ enquadra o Cluster de atividades da Economia Social.

Neste âmbito, referia-se q/ os Eixos Estratégicos da EIDT compreendem a aposta em recursos fortemente presentes no AL (as atividades náuticas de mar, rios, lagoas e a rede de barragens, a fruição da paisagem, da biodiversidade e dos espaços protegidos, a fruição do património cultural, o acesso a vivências e produtos agrícolas de qualidade, os perímetros e canais de rega), sendo ainda de destacar a referência aos recursos produtivos do AL, argumento essencial p/ promover esforços no sentido de otimizar as diversas produções, apostando na criação e organização das fileiras de produção, tornando-as mais competitivas. Estas dimensões estão, igualmente, presentes e são fortemente valorizadas na EDL A, sendo um dos elementos estruturantes da EDL definida.

Ao nível das Iniciativas âncora e Ações q/ estruturam a EIDT, salienta-se a articulação ativa dos Objetivos Estratégicos e Específicos da Intervenção do DLBC Rural c/ as seguintes Iniciativas Âncora/Ações (IA/A): IA 2. Montar experiências turísticas diferenciadas [Ação 2.1.Valorização e promoção de bens histórico-culturais c/ elevado interesse turístico; Ação 2.2. Qualificação turística de territórios de elevado valor natural e paisagístico; e Ação 2.3. Promoção e afirmação da região como destino turístico].

Os elementos diferenciadores da oferta turística (condições ambientais e paisagísticas, valorização e

promoção de elementos histórico-culturais) devem beneficiar da existência e implementação de rotas turísticas q/ liguem os diversos pontos de interesse e estimulem a existência e oferta de serviços de animação e complementares c/ nos diferentes contextos rurais (campo, rios, estuários, albufeiras, barras) e comunidade piscatória, potenciem as dinâmicas de visitação e de realização de despesa. A integração ativa dos atores do território em Esquemas Diretores, ações de divulgação e sensibilização do património e recursos turísticos regionais (da iniciativa da ERT Alentejo e da CIMAL e Municípios), afigura-se indispensável p/ uma eficaz integração e capacitação de fluxos dirigidos às vertentes rural - interiores do produto turístico Touring-cultural, particularmente rico no LA.

Refira-se o contributo que as linhas de atuação prevista nos O1.2, 2.1 e 2.2 têm esta Iniciativa-âncora IA 3. Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego [Ação 3.1. Programa de apoio ao Empreendedorismo; Ação 3.2. Desenvolvimento dos viveiros e empresas e apoio ao investimento em micro empresas e criação de empresas; Ação 3.3. Programas de incentivo ao envelhecimento ativo; e Ação 3.4. Dinamização de estratégias específicas visando assegurar a valorização económica de recursos endógenos].

A dinamização de oportunidades orientadas p/ a empregabilidade deverá desempenhar um papel nevrálgico p/ o desenvolvimento futuro do LA cabendo às freguesias rurais ser parte de um esforço de atração de investimento p/ valorizar recursos e produtos endógenos c/ valor de mercado reconhecido (hortofrutícolas, arroz, pinhão, vinho, azeite, mel, queijo, ...)

Entre as intervenções relevantes da ELD de interação c/ as intervenções previstas na EIDT, destacam-se a estruturação de redes de comercialização, a implementação de sistemas de qualidade e de proteção das indicações geográficas, a par das iniciativas de inovação produtiva e tecnológica p/ a transformação de produtos. Existe domínio, de interface c/ o empreendedorismo e a criação de empresas importa fortalecer as relações existentes (e a criar) c/ as Instituições de Ensino superior e a rede de Unidades de I&D mobilizáveis (IP Setúbal, Sines Tecnopolo, UE, EPO, ...) dinamizando ações e projetos q/ capacitem o tecido produtivo e assegurem ações de qualificação e reconversão de competências de gestão e técnicas especializadas.

IA 4. Favorecer a sustentabilidade e uso eficiente dos recursos [Ação 4.1 Dinamização económica das áreas de valor ambiental e paisagístico] – áreas de atuação da ADL e de outros parceiros

IA 5. Garantir a coesão e inclusão social [Ação 5.3. Apoio à regeneração física, económica e social de comunidades desfavorecidas; e Ação 5.4. Reforço da abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais].

IA.6. Ordenar para atrair e povoar [Ação 6.1 Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território].

Neste âmbito destaca-se o contributo do OE4.1. “Consolidação de estratégias de coesão socio-territorial”, sobretudo na ótica da promoção da inclusão social reforço da abordagem territorialização da intervenção social.

De referir ainda que a ELD apresenta uma elevada contributividade potencial da p/ as apostas e prioridades da Estratégia de Especialização Inteligente, sendo de salientar as interações c/ o Complexo Agroalimentar e Florestal (perímetros de rega e culturas de regadio, pecuária extensiva, montado de sobro, pinheiro manso, transformação agroalimentar, logística e distribuição, ...); o binómio Ambiente e Recursos naturais/Economia Verde e Áreas protegidas (c/ recursos enriquecidos e de elevado valor natural estratégico no AL); a vertente do Património e Cultura (q/ integra uma relação esteira c/ o “modelo de desenvolvi/ turístico de pequena escala” e fortemente integrado c/ a matriz territorial); e o binómio Potencial Humano e Inclusão Social q/ remetem p/ o Pacto Reg. p/ a Qualificação, o Emprego e a Coesão Social

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Articulação dos Obj da EDL c/ os Eixos/Medidas disponíveis para o DLBC. EIXO FEADER Pequenos investi/ nas explorações agrícolas e Pequenos investi/ na transformação e comercialização Estas Medidas enquadram-se no OE 1.1, tendo como obj. a promoção do potencial das produções primárias de qualidade, de produções tradicionais e recentes, através do apoio a inv.s de modernização e reforço da competitividade. Os resultados são a melhoria do desempenho económico e ambiental e a diversificação e incremento da produção, contribuindo p/ os ind de realização nº de proj apoiados, Proj/beneficiários apoiados, n.º explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno inv., nº empresas apoiadas e ind de resultado Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização e Empregos criados.

Diversificação de atividades na exploração C/ esta Medida, q/ se enquadra nos vários OE do Obj Estratégico 1, ainda que c/ uma maior ligação c/ o OE1.2 e 1.3., pretende-se contribuir p/ a diversificação das atividades nas explorações agrícolas em estreita articulação c/ a dinamização do turismo e lazer e do potencial energético. Os resultados são a melhoria do rendimento dos agricultores e a criação de oportunidades de emprego, contribuindo também p/ a afirmação do potencial turístico do território e p/ uma maior integração do interior c/ o litoral. Terá um contributo p/ os ind de realização nº proj apoiados e Proj/beneficiários apoiados, nº de empresas apoiadas e ind de resultado Empregos criados. Cadeias curtas e mercados locais Esta Medida enquadra vertentes de atuação relacionadas c/ o OE1.1, nomeadamente no q/ se refere à dinamização de estruturas/serviço de comercialização e distribuição vocacionados p/ as dinâmicas de proximidade e mercados locais, consolidando o modelo de redes colaborativas existentes (p.e., Rota Vicentina, Casas Brancas e abordagens circuitos-curtos como o Cabaz do mar e da horta), p/ outras áreas/clusters de atividades, na ótica da “agregação” e produtos/serviços colaborativos. Os resultados são a organização dos circuitos de comercialização e aprofundamento dos circuitos curtos c/ acréscimo de consumo na região. Esta Medida terá um contributo p/ os ind. de realização Nº proj apoiados e Proj/beneficiários apoiados e ind. de resultado Empregos criados. Promoção de produtos de qualidade locais Esta Medida contribui p/ o OE 1.1., através do apoio à promoção e valorização dos produtos locais e o aumento dos produtos certificados, tendo como resultados o aumento da visibilidade e do reconhecimento da qualidade dos produtos do LA e o conseqüente aumento da sua produção e vendas, contribuindo p/ os ind. de realização nº proj apoiados e Proj/beneficiários apoiados e ind. de resultado Nº de explorações beneficiárias em regimes de qualidade. Renovação de aldeias Este Medida enquadra, sobretudo, o OE2.1., tendo também um contributo p/ o OE 2.2., c/ uma vertente de atuação de apoio a projetos q/ permitam a conservação e gestão ativa dos espaços rurais (sistema agroflorestal, estuários de importância nacional, lagoas temporárias mediterrânicas,...), sobretudo numa perspetiva de valorização ambiental e paisagística. Os principais resultados esperados são o aumento da atratividade residencial e turística dos pequenos aglomerados a melhoria das condições de fruição destes recursos, contribuindo p/ os ind. de realização nº de proj apoiados, “Proj./beneficiários apoiados, Pop. beneficiada pelas infraestruturas/serviços melhorados e n.º equipamentos intervencionados. EIXO FEDER PI6.3(todas as medidas POR) Esta Medida enquadra diferentes vertentes de atuação contempladas no Obj Estratégico 2 e nos seus 2 OE, contemplando intervenções de relacionadas com o património cultural (apoio à sua proteção, valorização, conservação, modernização/dinamização de museus e outros equipamentos; e organização e promoção de eventos e intervenções/ações de promoção das práticas e tradições culturais) no património natural (infraestruturas de apoio à valorização e visitação, programas e ações de desenv/ do turismo associado à natureza, e o desenvolvi/ de infraestruturas verdes, assim como a promoção turística (divulgação, animação, promoção e marketing do território). Os resultados são a dinamização e valorização da dimensão económica e turística dos recursos naturais e culturais, a melhoria das condições de usufruto e a promoção do território de forma integrada. Terá um contributo p/ o ind de realização Aumento do nº esperado de visitantes a sítios... beneficiários de apoio e Ind de Resultado Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros. PI8.8 (todas as medidas POR) Esta Medida contribui p/ os diferentes OE do Obj Estratégico 1, através do apoio à criação, e investimento para a expansão, modernização e diversificação do tecido empresarial, em áreas tradicionais e emergentes, p.e., criação de produto turístico integrado, dinamização de serviços empresariais, e economia verde e dos recursos naturais. Os resultados esperados são a criação e modernização de empresas e a criação de emprego tendo um contributo p/ o ind. realização Empresas q/ beneficiam de apoio e p/ o Ind de Resultado Postos de trabalho (PT) criados. EIXO FSE PI 8.3 (todas as medidas POR) Esta Medida enquadra vertentes de atuação dos 2 OE do Obj Estratégico 3, como o apoio à criação do próprio emprego ou empresa por desempregados/inativos e ao empreendedorismo social, incluindo startups sociais e a ações de formação e coaching/consultoria. Contribui p/ o ind realização Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego e p/ o Ind. de Resultado Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio. Tem como resultados esperados a inserção e o retorno ao mercado de trabalho de desempregado e inativos, densificação do tecido empresarial e a criação de emprego. PI 9.1 (todas as medidas POR) Esta Medida contribui p/ o Obj Estratégico 4, contemplando o apoio a iniciativas de: animação territorial e inovação social; desenvolvimento de abordagens integradas de envelhecimento ativo e saudável; ações intergeracionais (coaching intergerações); ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória; inclusão social dos indivíduos de forma multissetorial e integrada; Inclusão social, em contextos vulneráveis e de promoção de inclusão ativa, numa abordagem comunitária e de aproximação dos serviços, reciprocidade de relações e mobilização da população à volta do objetivo “Viver bem no Alentejo Litoral” (na perspetiva da economia de bem-estar, numa perspetiva de corresponsabilização coletiva e co-construção). Os resultados são o aumento da capacidade de animação e inovação social, a melhoria da qualidade de vida. o combate à pobreza e exclusão social e promoção da inclusão ativa. contribuindo p/ o ind de

realização Proj. apoiados e ind de resultado População abrangida por proj. apoiados.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

O LA compõe uma sub-região de particular riqueza, num compromisso singular entre recursos litorais de excelência ambiental e paisagens rurais relativamente humanizadas, entre as formas de ocupação e as dinâmicas produtivas instaladas. Este mosaico territorial reúne reconhecidas oportunidades económicas associadas ao aproveitamento agrícola e florestal e às atividades de conservação da natureza e da biodiversidade, compondo um padrão de recursos que poderá constituir uma base enriquecida e c/ dinamismo próprio, capaz de alimentar dinâmicas de economia dos recursos naturais, nas vertentes de conservação e produtiva. Esta envolvente tenderá ainda a ser impulsionada pelas dinâmicas produtivas do Complexo Agroflorestal, pelas perspetivas de diversificação competitiva do Porto de Sines e pela concretização gradual de intenções de investimento turístico. Trata-se de dinâmicas de investimento e de atividade que tenderão a impulsionar procuras dirigidas aos territórios-rurais desde as amenidades (paisagísticas e de lazer), até aos produtos e serviços locais que se articulam c/ procuras urbanas (produtos primários do mar e da terra, em fresco; gastronomia e restauração; serviços e animação turística; de turismo ativo e de natureza; ...). Deve-se acrescentar ainda um vetor relativo ao potencial humano, no interface c/ a coesão social e territorial, em 2 dimensões críticas: • Limiar de sustentação demográfica p/ a promoção do desenvolvimento rural-local - face às tendências recessivas, importa atrair novos fluxos de residentes que, pela via do rejuvenescimento, contribuam p/ reequilibrar os indicadores de vitalidade demográfica; • Organização de respostas sociais - no cruzamento entre oferta de serviços de proximidade (tendencialmente de concentração urbana), que pressupõe soluções de mobilidade, e uma vertente móvel (ambulatória). Com este quadro, a EDL foi definida tendo como principal fio condutor, a necessidade de valorização e aproveitamento dos recursos próprios específicos deste território e do seus recursos mais vastos que projetam a sub-região na sua relação c/ a Região Alentejo, o País e o Mundo e constituem um precioso veículo de valorização da matriz de recursos. Trata-se de uma Estratégia, que em coerência com os ativos do território e as suas características, e mobilizando as diferentes medidas previstas para o DLBC: • Integrada, que procura atuar de forma complementar em dimensões relevantes para a afirmação do território (ambiental, económica, social cultural), tendo em conta as diversidades em presença, nomeadamente a dicotomia entre o litoral e o interior, a conjugação de práticas agrícolas tradicionais com um agricultura intensiva moderna, a coexistência de práticas agrícolas em zonas de elevado valor natural e paisagístico e com forte vocação e potencial turístico e a localização de um importe complexo logístico e industrial. • Baseada na interação ao nível dos agentes, assentando em dimensões consensualmente reconhecidas pelos diferentes atores do território como imprescindíveis para a afirmação do potencial do território; • Centrada nos aspetos dominantes representativos da identidade e recursos específicos do território, com uma matriz de intervenção que tem por base um compromisso entre um padrão de excelência ambiental e de matriz produtiva dos recursos endógenos e a identidade do território, com oportunidades económicas e de negócio relacionadas nomeadamente com o desenvolvimento turístico sustentável, multifacetado e integrador do litoral c/ o interior, as perspetivas de diversificação competitiva do Porto de Sines e do seu complexo industrial e logístico, a exploração do potencial de produção de energias renováveis e a afirmação do seu potencial agrícola. • Indutora da criação de sinergias com diferentes sectores: Numa perspetiva de potenciar que as dinâmicas de investimento e de atividade impulsionem quer o surgimentos de outras atividades conexas e de suporte, quer procuras dirigidas aos territórios-rurais desde as amenidades (paisagísticas e de lazer), até aos produtos e serviços locais que se articulam c/ procuras urbanas (produtos primários do mar e da terra, em fresco; gastronomia e restauração; serviços e animação turística; de turismo ativo e de natureza; ...), criando condições para a atração de novos residentes e empresas. • Coerente com as orientações estratégicas nacionais e regionais, afirmando-se como um instrumento de operacionalização da EIDT definida, nomeadamente no do seu Eixo 1 Construção e Afirmação do Produto Turístico e o Eixo 3. Valorização dos Recursos Endógenos e das Iniciativas ancora IA2. Montar experiências turísticas diferenciadas, 3. Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego; e IA 4. Favorecer a sustentabilidade e uso eficiente dos recursos. • Complementar de outras iniciativas previstas e conhecidas para o território como p.ex., os CLDS 3G de Sines e Santiago do Cacém, PEDUS, o pacto territorial para a Empregabilidade, o EMER...

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	201,00	1005,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,30	1,50	904 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	20,00	81,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	13,00	65,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	91,50	457,25	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	10,00	411 522,57€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2,00	10,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	8,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	260,56	1302,81	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	6,00	26,00	1 172 528,21€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	4,00	18,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	4,00	14,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	55,00	275,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	247 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2,00	8,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	8,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais;	Despesa Pública	50,00	250,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	6,80	6,80	225 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	10,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Despesa Pública	73,11	365,56	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	329 005,64€

99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	1,00	4,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas” (PI 8.8)	Empresas que beneficiam de apoio	10,00	53,00	Postos de trabalho criados	10,00	53,00	2 687 400,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (PI6.3)	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	529,00	2643,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	2,80	13,99	298 600,00€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Emprego por conta própria, empreendedo rismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (PI 8.3)	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	3,00	18,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	55,00	609 000,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (PI9.1)	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	2,00	12,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	55,00	609 001,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	M10 todas				População coberta EDL	97925,00	97925,00	3 290 056,42€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Peso da despesa pública para apoio aos pequenos investimentos na exploração agrícola	27,50	27,50				904 500,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Peso da despesa pública para apoio aos pequenos investimentos na transformação e comercialização	12,50	12,50				411 522,57€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Empresas apoiadas na transformação e comercialização	1,00	5,00				411 522,57€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Peso da despesa pública para apoio a Cadeias curtas e mercados locais	7,50	7,50				247 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Peso da despesa pública para Promoção Produtos de Qualidade Locais	6,80	6,80				225 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Produtos locais incluídos em ações de promoção	2,00	8,00				225 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Peso da despesa pública para apoio na renovação de aldeias	10,00	10,00				329 005,64€

99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias				População diretamente beneficiada pelas infraestruturas/serviços melhorados	1000,00	6000,00	329 005,64€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Peso da despesa pública para apoio à Diversificação de atividades na exploração	35,60	35,60				1 172 528,21€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Empresa apoiadas na Diversificação de atividades na exploração	2,00	8,00				1 172 528,21€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas" (PI 8.8)				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado da PI 8.8	0,90	1,80	2 687 400,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (PI6.3)				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado da PI 6c	0,90	1,80	298 600,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	3 290 056,42€
FEDER	2 986 000,00€
FSE	1 218 001,00€
Total	7 494 057,42€

Pressupostos

FEADER Na sequência da proposta de dotação atribuída ao GAL ADL – DLBC rural (3.290.056,42€ FEADER e 365.561,82€ OE) foram ajustadas as metas a alcançar, designadamente: nº projetos apoiados; nº empregos criados; nº explorações apoiadas e nº beneficiários apoiados. A proporção dos empregos criados foi calculada com base no valor global do aviso de concurso, isto é, 1412PT e 130M de fundo. O Litoral Alentejano deverá contribuir c/ 36 postos de trabalho tendo em conta a dotação atribuída. A meta definida para 2018 foi calculada c/ base em 20% do valor definido para 2023, à exceção da medida “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas” em que foi considerada a meta de 25% do valor de 2023. FEDER Tendo em conta a verba atribuída ao GAL ADL – DLBC rural – 2.986.000€ de fundo, alocou-se 298.600€ à PI6.3 (respeitando o limite máximo de 10% definido no 1º aviso de concurso) e 2.687.400€ à PI8.8. Os pressupostos tidos em conta p/ a definição do indicador – postos de trabalho criados foram os seguintes: – PI8.8: por cada 50.000€ de apoio concedido será criado um PT, o que totaliza 53 PT. - PI 6.3: o indicador relativo ao nº de dormidas foi calculado tendo por base o valor definido no PO Alentejo, isto é, acréscimo de 1.800.000 dormidas para uma dotação financeira de 38.414.962€. O Litoral Alentejano deverá contribuir para essa meta com 13.991 dormidas face à dotação financeira que lhe foi atribuída o indicador nº de visitantes foi calculado c/ base no valor definido no PO Alentejo , ou seja, 340.000 visitantes para uma dotação financeira de 38.414.962, prevendo-se que o Litoral Alentejano possa contribuir com um acréscimo de 2.643 visitantes. As metas a atingir em 2018 correspondem a 20% da meta de 2023. FSE Com a dotação total de 1.218.001€, o GAL ADL decidiu alocar 609.000€ nas PI8.3 e 9.1, respetivamente. Prevê-se a criação de emprego na PI8.3. O pressuposto utilizado foi o seguinte: por cada 34.000€ de apoio atribuído será criado 1PT, o que totaliza 18PT. A % de pessoas apoiadas que permanecem no emprego 12 meses após o fim do apoio será na ordem dos 55%. Na PI9.1 prevê-se o apoio a 12 projetos inovadores e de experimentação social. As metas de 2018 correspondem a 20% das metas definidas p/ 2023 Nota: estes pressupostos não dispensam a consulta da MEL revista (Matriz de enquadramento lógico) em anexo

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

O conteúdo deste ponto identifica as áreas temáticas em que a Parceria pretende desenvolver projetos de cooperação nacional e transnacional (entre GAL's de língua portuguesa, do Mediterrâneo e Norte da Europa), bem como os seus objetivos e metas a atingir e as mais-valias para o território de intervenção.

Turismo e Animação

Objetivos:

- Promover o intercâmbio de experiências de novas modalidades de gestão, divulgação, certificação e comercialização de produtos turísticos
- Aumentar o conhecimento de experiências de conciliação do turismo c/ a exploração sustentável do potencial dos recursos naturais
- Divulgar o LA em mercados turísticos que valorizem o património natural, cultural e histórico

Mais-valias p/ o território

- Adoção dum modelo de desenvolvimento do turismo sustentável e integrador do litoral c/ o interior.
- Maior visibilidade dos recursos e aumento da notoriedade e reconhecimento do LA enquanto destino turístico que valoriza os seus recursos endógenos
- Melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos e estruturação de atividades relacionadas e de suporte

. Ambiente e Recursos naturais

Objetivos

- Promover a intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre o balanço entre a necessidade de conservação e preservação dos recursos e o seu potencial de usufruto e valorização económica sustentável
- Aumentar o conhecimento sobre formas de exploração e conciliação da prática agrícola em áreas protegidas
- Promover a divulgação e o reconhecimento do valor natural e mais valia ambiental do LA

Mais-valias p/ o território

- Preservação e salvaguarda dos recursos ambientais
- Estruturação de uma Economia dos Recursos Naturais
- Aumento dos fluxos de turismo

Património Cultural

Objetivos

- Organizar a programação conjunta de eventos culturais e outros mistos, p/ promoção dos valores, saberes, produtos e serviços do território
- Melhorar as capacidades de gestão e promoção do património cultural (edificado, etnográfico,...)

Mais-valias p/ o território

- Reforço da matriz identitária de valores culturais e saberes tradicionais
- Aumento dos fluxos de turismo
- Diversificação e melhoria da qualidade dos eventos oferecidos

. Competências e serviços de base

Objetivos:

- Estabelecer parcerias estratégicas em torno de produtos e serviços específicos das economias rurais, e respetiva divulgação e promoção
- Capacitar e qualificar os atores do território
- Trocar experiências e informações ao nível de metodologias e instrumentos de apoio à criação de empresas, empreendedorismo, e promoção da inclusão ativa

Mais-valias p/ o território

- Maior notoriedade do território e aumento do potencial de atração de novos investimentos e habitantes
 - Criação de redes de cooperação empresarial
 - Reforço das competências empreendedoras e inclusivas dos atores do território
- #### . Inovação produtiva, tecnológica e de mercado

Objetivos

- Estimular a motivação p/ a inovação e promover a comercialização de produtos locais
- Promover a transferência de conhecimento em domínios-chave de inovação
- Estimular a ligação entre produtores e consumidores
- Dinamização de novas atividades emergentes e c/ potencial de desenvolvimento

Mais-valias p/ o território

- Afirmação económica do LA, c/ características inovadoras e tecnológicas
- Reforço de competências em fatores avançados de competitividade
- Reforço da capacidade empresarial dos pequenos produtores, através da aquisição de escala

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O Grupo de Ação Local (GAL) é a própria Assembleia Geral (AG) da ADL. A ADL - é uma associação sem fins lucrativos q/ foi constituída em Dez 1994, a partir dum conj de entidades, públicas e privadas c/ vista a potenciar o desenvolvimento sustentado dos 5 concelhos que compõem o Litoral Alentejano – NUT III e c/ a finalidade de valorizar as suas potencialidades num contexto duma política global de dinamização do desenvolvimento rural. É uma parceria, com personalidade jurídica, estatutos e património pp, e integra entidades c/ representatividade na região, nomeada/ autarquias, associações sectoriais ligadas aos sectores agro-silvo-pastoril, associações de desenvolvimento local, turístico e ação social, instituições financeiras e organismos locais da administração pública. Integra unicamente sócios coletivos (21 privados e 11 públicos)

Os órgãos sociais são eleitos pela AG por maioria simples de voto, de entre os associados no pleno gozo dos seus direitos, por escrutínio secreto, de entre as listas q/ se apresentem a votação. Estes deverão respeitar obrigatoriamente uma distribuição equilibrada de âmbito territorial e setorial, tendo em conta a parceria. Esta será sempre maioritária/ privada. A direção é o OG do GAL ADL q/ é constituído por 5 entidades (3 privados e 2 públicos) anexo 5

O GAL é responsável pela execução da EDL em termos operacionais através da sua Direção/OG e da sua equipa técnica local (ETL). Compete à Direção/OG tomar todas as decisões necessárias à execução da EDL. A EDL será continuada/ avaliada e consolidada p/ parceria, através da AG/GAL, e reunirá c/ uma periodicidade semestral, q/ pode ser coincidente c/ o seu normal funcionamento ou serão realizadas outras reuniões de acordo c/ o q/ se revelar necessário. Serão definidos mecanismos de divulgação conjunta da EDL, com associados e outros parceiros q/ se venham a revelar importantes.

Os elementos do GAL serão envolvidos nas atividades de animação do território, descritas no ponto - Modelo Participativo dos Atores.

De salientar a estreita articulação entre os serviços/áreas de atuação da associação, designadamente desenvolvimento rural, pescas, administrativo/financeiro, cooperação, consultoria, educação/formação e ação social.

O GAL conta c/ uma equipa de 12 técnicos ficando afeta uma equipa com experiência em gestão de fundos comunitários. Anexo 5

Quanto à segregação de funções a ETL, no âmbito do DLBC Rural é a equipa de apoio ao OG (1 coordenadora, 4 técnicos e 1 administrativo).

NOTA: A ADL poderá recorrer a assessorias pontuais sempre q/ se julgarem necessárias p/ a implementação da EDL

A segregação de funções é assegurada, uma vez q/ serão técnicos diferentes a realizar o enquadramento e a análise dos pedidos de apoio (PA), acompanhamento dos projetos, bem como a análise dos pedidos de pagamento (PP), verificando a sua elegibilidade. O OG delibera sobre os PA, mediante o parecer técnico da ETL valida a elegibilidade das despesas propostas. As atividades de controlo serão asseguradas pela ETL através de visitas aos beneficiários p/ verificar a conformidade do projeto em termos físicos e financeiros. A decisão cabe à direção da ADL, que é coincidente com o OG.

A contabilidade e tarefas financeiras são executadas por um técnico financeiro (Técnico Oficial de Contas – TOC) em articulação c/ a coordenação, q/ por sua vez articula c/ a direção. Os pagamentos efetuados são validados pelo OG. Cada programa dispõe de conta bancária específica. Todos os documentos de despesa são objeto de tratamento contabilístico e informático, de acordo c/ as normas em vigor no SNC. O circuito administrativo-financeiro, passa pela receção dos documentos de despesa, q/ serão despachados pela Coordenação p/ os respetivos técnicos. Os documentos, após validação pela Coordenação são submetidos à Direção p/ decisão, bem como a autorização de pagamento. Deverá ser realizada a respetiva conciliação bancária.

No processo de enquadramento e formalização dos PA, a ETL irá desenvolver um trabalho de animação e divulgação no território. Os PA serão analisados e hierarquizados (sob proposta da ETL e decisão Direção/OG), em conformidade c/ os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e nos critérios de seleção. A análise dos PA será efetuada de acordo com as competências da equipa. Os PP serão analisados pelo analista de pedidos de pagamento, verificando a elegibilidade dos documentos. A ETL realizará visitas de acompanhamento para verificação física e financeira dos projetos. P/ efeitos de controlo deverão ser organizados dossier técnico-financeiros por projeto. Serão ainda elaborados relatórios financeiros sobre a execução da EDL, devendo as despesas ser desagregadas por ação/medida e por projeto, por forma a elaborar indicadores de acompanhamento que permitam monitorizar a implementação da EDL. A informação de natureza física e financeira deverá ser inserida no respetivo software de apoio à gestão que se venha a considerar.

Anexos 11 e 12

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

No entendimento da ADL é, ainda, prematura a definição precisa dos mecanismos de acompanhamento de avaliação, tendo presente que, neste período de programação, existe um Plano Global de Avaliação, que compreende uma rede de monitorização e avaliação que inclui todos os Programas dos FEEI. À data da submissão desta Candidatura há, ainda, muitas questões em aberto, nomeadamente os instrumentos e recursos que vão ser utilizados para a monitorização e para a avaliação, com capacidade para contribuir para esse Plano Global de Avaliação.

Com efeito, o PDR2020 refere que, no que diz respeito à abordagem LEADER, é necessário estabelecer mecanismos de articulação entre a avaliação do PDR e a avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local. Isto pressupõe a criação de uma matriz comum para a avaliação das EDL de modo a integrar esta informação na avaliação do PDR e a realização de atividades de formação e divulgação dirigidas aos GAL a efetuar pela rede Rural Nacional (cf. página 317 do PDR 2020, Decisão C (2014) 9896 de 12 de dezembro de 2014). Estando prevista formação para os GAL para preparação e implementação dos instrumentos necessários à integração da avaliação das estratégias e medidas de desenvolvimento local no sistema de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento rural (cf. página 327, idem)

Ao nível do PDR 2020, o Programa identifica no seu plano de avaliação (previsto nos Reg. (EU) nº 1303/2013 e 1305/2013 relativas aos fundos FEEI e FEADER) como um dos tópicos a considerar, a avaliação da abordagem integrada (estratégias/medidas plurifundo) /LEADER.

Ainda no âmbito do PDR 2020, é referido que os trabalhos da avaliação vão ser enquadrados por um sistema de acompanhamento e avaliação, em que aos GAL é atribuída a responsabilidade de informar sobre o acompanhamento e avaliação da implementação de estratégias de desenvolvimento local e respetiva articulação com o acompanhamento e avaliação do PDR.

Em suma, neste período de programação, a avaliação da EDL terá contornos diferentes pelo fato de não só contribuir para a avaliação do PDR2020, mas também para a avaliação dos outros programas financiadores, nomeadamente, o Programa Operacional Alentejo 2020, que veicula os apoios no âmbito do FEDER e do FSE. Sendo este o quadro estratégico para a definição concreta do sistema de monitorização e avaliação. Não obstante o enquadramento concreto ainda por definir, e dada a experiência da ADL na execução de estratégias de desenvolvimento local, a implementação de instrumentos e mecanismos de avaliação vai assumir três tipos de utilidade:

utilidade estratégica: no âmbito da qual a avaliação funciona como um instrumento de aprendizagem, como uma prática que contribui para melhorar o conhecimento estratégico e desta forma tomar decisões de forma mais coerente e fundamentada;

utilidade operacional: em que a avaliação é encarada como instrumento de melhoria da implementação da estratégia, permitindo introduzir ajustamentos ou correções no sentido de alcançar os resultados esperados;

e
utilidade substantiva: em que a partir dos resultados da avaliação podem ser identificadas boas práticas e casos de sucesso e novas áreas de intervenção.

No sentido de responder às dimensões de utilidade descritas, a monitorização e avaliação da EDL terá como objetivos centrais, os seguintes:

Avaliação da relevância: análise se as intervenções da EDL estão a considerar as necessidades mais importantes do território de intervenção, tendo presente a sua intervenção lógica (sistematização das dimensões de contributividade para os diversos objetivos específicos e estratégicos).

Avaliação da Eficácia: análise em que medida os apoios concedidos estão a produzir os resultados esperados. Avaliar as principais realizações e resultados físicos e financeiros face aos objetivos definidos, tendo presente conta os indicadores disponíveis.

Avaliação da Eficiência: análise em que medida os resultados estão a ser alcançados utilizando o mínimo de recursos. Avaliar a execução física e financeira da estratégia, tendo presente os resultados alcançados e os montantes investidos, por relação aos objetivos específicos e estratégicos delineados.

Avaliação do Impacto: análise em que medida as intervenções apoiadas contribuem para a mudança desejada na área de intervenção e qual o valor acrescentado da implementação da abordagem bottom-up, tendo em conta os objetivos regionais e nacionais e tendo em conta as dimensões estratégicas definidas pela Comissão Europeia.

Como elementos transversais e igualmente importantes estarão presentes no sistema de monitorização e avaliação:

- a avaliação da operacionalização da EDL e o desempenho do GAL enquanto Organismo Intermédio, mas também enquanto entidade com responsabilidades na animação e promoção do território (afetação dos recursos humanos e financeiros; adequação dos dispositivos de informação/divulgação/sensibilização face à

natureza dos destinatários-alvo; ...);

- a avaliação do desempenho da parceria (concertação operacional entre parceiros, capacidade de mobilização de recursos, capacidade de liderança e de dinamização da rede, nível de envolvimento dos parceiros, ...);
- a avaliação das iniciativas de cooperação (aferição da eficiência dos recursos afetos aos projetos, ações e iniciativas, e resultados alcançados).
- a identificação dos fatores críticos que condicionaram a implementação da estratégia e os fatores de sucesso que a potenciaram (identificação sistemática de constrangimentos impeditivos do normal desenrolar das atividades de implementação e análise explicativa dos eventuais desvios).

No plano dos instrumentos importará dispor de elementos de apoio de natureza qualitativa (relatórios de execução, reuniões de brainstorming entre técnicos do GAL, entrevistas e inquéritos aos beneficiários), natureza quantitativa (dados físicos de execução física e financeira e outros elementos relativos ao grau de implementação dos projetos e da estratégia) e natureza estatística (indicadores socioeconómicos processados pelas estatísticas formais, entre outros, nomeadamente recolhidos pelas entidades parceiras). Em termos de documentos obrigatórios e prazos definidos pela Comissão Europeia, definidos pelo Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e pelo PDR 2020, e que têm de ser respeitados:

- Entregar periodicamente (ainda por definir) relatórios standard de execução à Autoridade de Gestão do PDR 2020 e ao sistema de monitorização e avaliação do Portugal 2020.
- Contribuir para o Relatório de Execução Anual - até 31 de maio de 2016, e até 31 de maio de cada ano subsequente, até 2023, inclusive.
- Contribuir para os Relatórios de Execução aprofundados, sobre os resultados - até 30 de junho de 2017 e até 30 de junho de 2019.
- Contribuir para a avaliação ex-post – até 31 de Dezembro de 2024.

Esta avaliação terá duas modalidades: autoavaliação por parte do próprio GAL e avaliação externa (entidade isenta para o efeito).

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Anexo 1.pdf	27/07/2015 01:56	207716161
Outros	Anexo 3.pdf	27/07/2015 01:57	207716161
Outros	Anexo 11.pdf	27/07/2015 02:02	207716161
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo 5.PDF	27/07/2015 01:59	207716161
Outros	Anexo 9.pdf	27/07/2015 02:02	207716161
Outros	Anexo 6.pdf	27/07/2015 01:59	207716161
Outros	Anexo 7.pdf	27/07/2015 01:59	207716161
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-057.pdf	30/09/2015 09:04	
Outros	Anexo 8.pdf	27/07/2015 02:00	207716161
Outros	Anexo 10.pdf	27/07/2015 02:02	207716161
Outros	Anexo 12.pdf	27/07/2015 02:03	207716161
Outros	Anexo 2.pdf	27/07/2015 02:40	207716161
Protocolo de parceria	Anexo 4.PDF	27/07/2015 12:49	207716161
Outros	MEL revista.PDF	29/09/2015 20:05	189052422
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-057.pdf	27/07/2015 13:05	207716161

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ADL - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL ALENTEJANO	NIF	503341479
Submetido por	MARIA JOÃO NOBRE DUARTE PEREIRA	NIF	207716161
Data de Submissão	30-09-2015		